

Ângela de Castro Gomes | Entrevista

por Antonio Herculano Lopes, Isabel Lustosa e Joëlle Rouchou.

Doutora em Ciência Política pelo IUPERJ, professora titular, hoje aposentada, de História do Brasil na Universidade Federal Fluminense e pesquisadora do CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas), autora de 34 livros, sem contar capítulos de livros e grande número de artigos em revistas especializadas, a historiadora Ângela de Castro Gomes queria ser médica. Hoje é uma referência nacional, com reconhecimento nas áreas de história e ciências sociais, querida de alunos e colegas. Entre seus livros, podemos citar *A invenção do trabalhismo* (Vértice, 1989, 1. ed.), *Essa gente do Rio: modernismo e nacionalismo* (FGV, 1999), *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo* (FGV, 1996, 1. ed.) e *A República, a história e o IHGB* (Argumentvm, 2009). Sempre pronta a colaborar com seus pares, Ângela nos recebeu entre aulas, correções de dissertações e teses, entre uma conferência e outra, além de idas e vindas a arquivos e bibliotecas, para falar de sua vida e obra, suas leituras, projetos e sonhos.

Escritos - Numa de suas entrevistas, ficamos surpresos com a revelação de que, quando jovem, você queria ser médica, tendo desistido por pressões familiares, para fazer a Escola Normal, o que praticamente impediu uma aprovação no vestibular de medicina. Na época você optou pela história, por acreditar na possibilidade de mudar a sociedade. Hoje você insistiria na opção de ser médica ou teria ido logo pela via da história?

Não sei. Acho que hoje eu faria medicina, porque não teria as dificuldades que tive para fazer o que era na época um curso científico, não teria as resistências familiares, principalmente de



Foto Felipe Varrancia

meu pai, que achava que medicina não era coisa de mulher, porque era muito violento, tinha morte, doença. Eu gostava muito de biologia, queria trabalhar em laboratório, fazendo pesquisa genética, com sangue de preferência, que era o que eu achava que gostava mais.

Escritos - Seu pai era médico?

Meu pai foi uma criança e um jovem pobre, e sequer completou o curso primário, mas minha mãe era professora primária. Ele trabalhou muito e chegou a ter uma loja de comércio em

Niterói, e antes disso foi bancário muito tempo, no Predial, em Campos e Itaperuna, onde nasci. Houve um momento em que esse sistema de bancos familiares e locais acabou. O banco foi comprado. Mudei para Niterói aos seis anos, estudei no Grupo Escolar Joaquim Távora, onde minha mãe foi professora, posteriormente. Fiz o ginásio e a Escola Normal no Instituto de Educação de Niterói, atualmente Instituto Ismael Coutinho. Formada em 1965, fui ser professora primária também. Numa época, trabalhei no Joaquim Távora junto com a minha mãe, que já estava perto de se aposentar. Fomos colegas...

Escritos - O fato de ter tido mãe professora e estudado numa boa escola foi fundamental para você ter leituras formadoras? Hoje, por exemplo, você está estudando Viriato Corrêa. Autores como ele foram importantes na sua infância?

Acho que um curso primário, ou melhor, fundamental, bem feito é decisivo. Desde que aprendi a ler, sempre gostei e entendi o que lia. Acho que não havia tanto essa questão do analfabetismo funcional, é lamentável e impressionante, como também a da repetência. Quando estudei para ser professora de curso primário, aprendi, fundamentalmente, a ensinar crianças a ler e escrever; quer dizer, a saber interpretar o que liam e a se expressar melhor. Hoje, quando vou ensinar meus alunos de pós-graduação a fazer um projeto, uma das coisas difíceis é explicar o que é um tema, o que é o objetivo e o que são as hipóteses; que o objeto de pesquisa não é igual ao tema, mas um recorte, que envolve uma abordagem, etc. E isso é uma complicação para eles entenderem, em boa parte porque ainda têm dificuldades de leitura e de redação, considerando-se seu nível, evidentemente. O ensino público fundamental passou a ser muito ruim. Quando fiz o curso ginásial, por exemplo, eu e minhas colegas sabíamos o que era sujeito de uma frase, por exemplo. Hoje, falo para os meus alunos de graduação: “Sua frase não tem sujeito”; e alguns ficam me olhando... Portanto, a pessoa carrega os problemas li-

gados às deficiências do ensino fundamental praticamente pelo resto da vida.

Escritos - Você não queria ser professora e hoje é uma referência na vida acadêmica, sempre tida como uma grande professora.

Obrigada pelo grande professora; eu realmente gosto de ser professora, aliás, acho que é o que sou há décadas, apesar de a profissão não ter sido escolha minha. Aos 14 anos, quando terminei o curso ginásial, eu negocieei meus estudos, com minha família, muito ingenuamente. Meu pai me explicou que, primeiro, queria que eu me formasse como professora, que tivesse uma profissão, e depois, estudaria o que quisesse. Ele havia sido muito pobre, daí a preocupação. Nós não éramos pobres, mas também não éramos ricos, e eu também achava que devia trabalhar. Minha mãe trabalhava e se orgulhava muito disso, pois também foi muito pobre e sempre me disse que mulher tem que trabalhar. Ela também queria que eu fosse professora, porque achava que era a forma mais rápida de se ter uma profissão e ganhar dinheiro, tanto que me formei e comeci a trabalhar imediatamente, com 18 anos, em uma escola particular que existe até hoje: o Curso Alzira Bittencourt. Depois é que fiz o concurso de ingresso ao magistério e fui para a rede pública, para uma escola que se chamava de “isolada”, a Escola Casa de Samir, no Rio do Ouro, que funcionava no prédio de um centro espírita.

Escritos - Sua primeira experiência de trabalho foi em uma comunidade carente?

A segunda; mas não era uma total novidade para mim, porque eu já era militante estudantil. No ginásio, eu entrei na Ação Católica, no movimento chamado Juventude Estudantil Católica, JEC. Meu pai sabia, mas como era coisa que tinha padre, ele achava que não era perigoso. Depois é que foi descobrir que não era tão inócuo assim. Eu mesma fui perceber os confron-

tos e as diferentes correntes dentro da Ação Católica por causa de 64. Eu me formei em 65 na Escola Normal. 64 e 65 foram anos de muita discussão. Os professores não tinham nada a ver com isso; de preferência, não deviam saber o que fazíamos. Tínhamos reunião fora, e eu viajava, às vezes, ia para Minas, por exemplo. A gente tinha contato com freiras sacramentinas, com os freis dominicanos. Em Niterói, tinha um frei muito bom, que era franciscano...

Escritos - Mas não era marxista. Você teve alguma leitura marxista?

O frei não era marxista propriamente dito, mas havia um diálogo entre a Igreja Católica e o marxismo. A Ação Católica sempre foi isso. Não era uma ação filantrópica, era um movimento de intervenção política. Não era propriamente fazer o bem para os pobres. Era fazer com que os pobres fizessem o bem para eles mesmos, politicamente falando. E eu tinha consciência disso naquela época, mas minhas leituras marxistas mesmo vão ser feitas na UFF. Mas, voltando a meu pai: muito sabiamente ele negociou comigo assim: “Você faz Escola Normal, porque você se forma e pode trabalhar. Aí você estuda para medicina. Você não precisa dar aulas se não quiser, mas já será professora e se precisar, tem como trabalhar”. Eu achei extremamente razoável da parte dele, mesmo porque, nessas alturas, eu me desentendia muito com meu pai, que era um homem muito severo. No 3º ano da Escola Normal me inscrevi num cursinho que fazia preparação para o vestibular de medicina e tirei notas excelentes em várias matérias, mas zero em física e zero em química. Um professor de lá me aconselhou a passar aquele ano estudando física e química e, no ano seguinte, fazer o cursinho para, só depois, tentar o vestibular de medicina que, como até hoje, era extremamente competitivo e difícil. Acontece que eu já achava meu pai realmente autoritário demais para o meu padecer e pensei: “Vou fazer um vestibular agora, se perder, eu faço esse troço”. Fiquei

muito em dúvida entre letras e história. A opção por história teve a ver com as leituras e a militância política. Aliás, para mim, 64 foi um impacto muito grande.

Escritos - Por quê?

Porque evidentemente era uma coisa muito ruim. Devido a meu envolvimento com a JEC, eu tinha consciência, de uma forma meio ingênua, é verdade, que o governo Jango era um bom governo; que tinha uma proposta de fazer reforma agrária e conduzir um projeto social. Enfim, nós discutíamos essas coisas dentro da JEC. Só que quando fui para a faculdade não entrei para a JUC [Juventude Universitária Católica]. Aí já havia um grande debate dentro da Ação Católica, de onde estava nascendo a Ação Popular, AP. Foi quando eu comecei a deixar de ser católica. Saí da Ação Católica, mas não no sentido de cortar os vínculos com as pessoas e sim com a Igreja, que nesse momento teve uma posição péssima, horrorosa! Foi muito doloroso, porque eu era muito católica. Eu achava que a religião era uma dimensão essencial da existência das pessoas, e a Igreja se posicionou da maneira como se posicionou no início, ao lado da ditadura – que não se chamava ditadura, e sim revolução –, ao lado dos militares, para mim foi uma decepção.

Escritos - Foi um rompimento?

Foi, só que não é assim de um dia para o outro que se faz. Eu tinha amigos nesse período do início da faculdade, especialmente um frei dominicano, que era de Juiz de Fora. Ele foi preso, certamente torturado, e eu fiquei muito abalada. Eu percebia que havia uma Igreja progressista, que não se chamava assim, na época, mas sabia disso, sentia isso. De qualquer forma, foi tudo muito difícil e ruim. Na UFF fiz alguns amigos que militavam politicamente, muito importantes. O Ivan, da Polop [Política Operária], foi o maior e o mais

querido de todos. Ele foi morto pela repressão e o que se diz é que seu corpo foi jogado no mar ou na mata.

Escritos - Era muito seu amigo e trotskista?

Era. Foi tudo muito rápido. Entrei na História da UFF em 66. Em 67, a universidade tinha um monte de estudantes envolvidos com política, estudantil e não estudantil. O pessoal da Geografia tinha lideranças mais de direita, que faziam discursos, e entravam no pau com o pessoal da História e das Ciências Sociais, que era de esquerda. Outro amigo da UFF, que estudou comigo no primário, foi o Sebastião Velásquez Cruz, hoje professor da Unicamp. 1967 foi o ano das opções pela luta armada e víamos isso na faculdade. A relação da História com as Ciências Sociais era muito forte. A gente não se via muito como dois cursos separados, principalmente nesse grupo da militância. Tinha grupos de estudos de Althusser e Marx, mas essa formação se fazia fora das salas de aula. Por conta principalmente do Ivan, além do meu medo de armas, fiquei convencida que a luta armada não ia dar certo. Ele se convenceu disso bem antes e me convenceu também. Mas sabia e me dizia que, para ele, não havia mais volta, principalmente depois que foi para a clandestinidade. 68 foi um ano fantástico e tenebroso: poder discutir política e participar daquelas passeatas todas no Rio de Janeiro. A gente sempre combinava de ir com outra pessoa, pois, se tivéssemos que correr, devia haver alguém junto, para não se ficar completamente isolado, com o risco de ser preso. A militância política era atravessada de relações pessoais, afora os namorados; todo mundo se namorava. Eu tinha, de fato, uma resistência muito grande à luta armada, por medo e por descrença na eficácia. Discutíamos a teoria do foco, e percebíamos que era uma teoria equivocada. Talvez a minha pequena formação de estudante de história tenha ajudado. Eu achava historicamente inviável aquele negócio, mesmo tendo dado certo em Cuba.

Escritos - Havia professores que funcionavam como liderança intelectual ou isso tudo era entre os estudantes?

Tinha professores, especialmente um de filosofia, que teve que deixar a universidade em 68. Com ele líamos e debatíamos toda uma literatura marxista. Ele era professor das ciências sociais, mas você podia assistir a algumas aulas, e principalmente participar de grupos de leitura. Aliás, eu fiz o curso de história inteiro e quando terminei, entrei no de ciências sociais. Fiz um ano de graduação em ciências sociais, em 70, mas resolvi sair do Brasil e larguei.

Escritos - Você teve que ir embora do Brasil por causa da política?

Escritos - De certa forma sim; era mais prudente. 68 foi um ano de grande mobilização e terminou com o AI-5; então, 69 foi um petardo. Primeiro, porque ocorreram as ações de sequestro, mas também porque muitos amigos entraram na clandestinidade mesmo e a repressão era violenta. O clima ficou muito pesado. A UFF sofreu uma invasão policial; eu me lembro dos cavalos entrando nos jardins da reitoria. As organizações políticas eram várias e diferenciadas, mas a gente tinha relações pessoais de amizade e, por isso, acabava tendo contato com muitas delas. Eu não era organizada, ou seja, não pertencia a nenhum grupo à época, mas fazia coisas, como transportar pessoas e material para mais de uma organização. Não sei exatamente o quê. Eu andava de condução ou usava o carro da minha família para atravessar de Niterói para o Rio, por exemplo. A maioria das vezes era papel, alimentos, roupas, mas eu, até por segurança, nunca sabia exatamente o que era.

Escritos - Armas?

Não sei. Não era para saber, mas acho que não. Eu não estava vinculada a uma organização, até porque a AP também fez opção pela luta armada, e eu não acreditava, como já disse. Fazia essas coisas

pelos meus amigos do movimento estudantil, já que era identificada como alguém que podia fazer isso, sem despertar grandes suspeitas. Transporte pessoas, que não sei quem eram. A gente conversava, mas o importante era não saber nomes, etc.

Escritos - Em que ano você se formou?

Em 1969. Minha formatura teve poucos formandos. Muita gente teve que sumir, outros estavam presos. Foi uma formatura meio triste. O curso foi muito prejudicado. Meu professor de história da América, o Hugo Vaz, não pôde concluir as aulas, por exemplo. Depois de formada, como eu era concursada, sendo professora do quadro permanente, podia entrar com um pedido de progressão do magistério primário para o secundário. Aí substituí uma professora no Liceu Nilo Peçanha, e gostei de dar aula de história no clássico, curso que preparava para o vestibular de humanas. Também dei aulas no Instituto de Educação, onde havia me formado. Mas senti uma mudança brutal, pois como o magistério primário aí já pagava muito mal, a clientela era completamente diferente, muito despreparada. Uma vez, uma normalista escreveu, em uma prova que apliquei, cana-de-açúcar com dois esses. Fiquei tão chocada! Ninguém, quando eu era estudante do curso Normal, escreveria açúcar com dois esses! O meu diagnóstico era de que tudo aquilo era culpa do regime militar, claro. Queriam acabar com a escola pública. Não era possível uma desagregação tão grande e tão rápida...

Escritos - Por que você teve que sair do Brasil?

Eu não tive que sair propriamente por uma razão política. Houve duas coisas: uma é que era muito difícil conseguir trabalho, quando se era uma pessoa que tinha ficha na polícia. Eu só consegui meu passaporte, porque havia alguém da polícia que era conhecida de uma amiga e daí.... Se eu fosse pelos trâmites normais, não ia conseguir.

Outra é que meu namorado, na época, ele sim, precisava sair do Brasil.

Escritos - Você chegou depois a ver essa ficha?

Vi. Está no arquivo do Dops, aqui no Arquivo do Estado do Rio de Janeiro; é uma maluquice! Diziam que você era tudo, subversiva, perigosa, não tinha absolutamente nenhuma moral, fumava maconha, praticava amor livre. Eles botavam tudo. Agora, sem esse “atestado ideológico”, ficava difícil conseguir trabalhar, sobretudo em instituições públicas. Ainda na faculdade, resolvi que gostava e queria trabalhar com história do Brasil. Já formada, o Quaresma, que tinha sido meu professor, me chamou para ser sua assistente. Era assim que funcionava; não tinha concurso; a pessoa era convidada. Você era bom aluno e podia ser convidado, tornando-se professor universitário. Fiquei toda feliz, mas não pude entrar na UFF. Fui informada que tinha uma mulher, que eu não vou lembrar o nome, que autorizava ou não as contratações; devia ter ligação com a polícia, e meu nome não foi aceito. Na verdade, acho que o Quaresma era visto como uma pessoa meio suspeita. Acabou morrendo depois, em condições estranhas. Então, fiquei muito desanimada... Em 70, fiz o 1º ano de ciências sociais e em 71, fui para a França. Eu tinha um namorado, que é o meu marido até hoje, o Emílio. Ele teve uma militância política muito grande. Na época, era do PC do B. Também entrou para fazer ciências sociais na UFF, já sendo formado em direito na PUC. Eu conheci o Emílio, nesse curso, no ano de 70. A gente tinha aulas com um pessoal novo que estava fazendo pós-graduação em antropologia no Museu, com o Castro Faria, nosso professor na UFF. Era a única pós que existia no Rio, e eu até pensei em cursar também. Mas o Castro Faria, que era uma grande referência intelectual, me disse: “Acho que você não tem nada a ver com antropologia. Você não vai dar certo no Museu Nacional”. E brincou comigo: “Você gosta de papel”. O Emílio tinha um pro-

blema sério – um processo pesado –, e estava sendo procurado; ele precisava sair do Brasil. Eu fui primeiro; ele foi logo em seguida.

Escritos - Vocês foram para a França com que recursos?

Nenhum. A gente trabalhava, fazia um monte de coisas. Trabalhei distribuindo publicidade. Em 71 teve uma exposição do Brasil na França, a Expo 70, e consegui um trabalho ótimo de tradução. Mas trabalhei em cozinha de restaurante na Holanda e, principalmente como *aupair* [babá], na França.

Escritos - Aprendeu francês também?

Eu já sabia razoavelmente; tinha estudado na Aliança Francesa em Niterói e no Rio. Na minha lógica, meu pai não tinha dinheiro e eu nunca fiz cursinho de línguas. Quando entrei na faculdade, vi que não sabia nada. Como é que eu ia ler aqueles livros de história se eu não sabia francês? Era Nouvelle Clio, Pierre Renouvin, Pierre Chanoux e outros, tudo em francês. Aí eu entrei na Aliança Francesa, até porque já trabalhava e tinha salário. Quando fui para a França, falava um pouco de francês e melhorei muito. Agora estou um lixo, porque não falo mais.

Escritos - Por que você voltou?

Porque o processo do Emílio foi julgado e arquivado. Então não precisávamos mais ficar lá. Eu não achei bom ficar na Europa, eu detestava aquele inverno, aquele frio, a perspectiva de não poder voltar.

Escritos - Mas foi uma experiência libertária, porque você saiu da casa dos pais e foi morar com um homem sem casar!

Bem, meus pais não viam propriamente assim... Eu fui lá para morar sozinha e o Emílio foi depois e me encontrou. Eles sabiam que estávamos juntos, mas disfarçavam. Creio que achavam que o Emílio era uma, digamos, proteção para mim. Quando voltei, fui para a casa de meus pais e o Emílio foi morar sozinho. Meu pai era uma pessoa muito especial; passei a ter grande admiração por ele. Vejam só. Quando fui para a Europa, ele não conhecia ninguém da família do Emílio, exceto o irmão, Eduardo [Rodrigues Gomes], meu colega no curso de ciências sociais da UFF e hoje professor de ciência política. Enquanto eu estava na Europa, meu pai conheceu o pai do Emílio e o irmão mais velho, Humberto, sua mulher e suas duas filhas pequenas. As meninas, simplesmente já o chamavam de vovô. Então, quando cheguei, a família do Emílio já era grande amiga da minha família. Eu é que não os conhecia, sendo apresentada a eles pelo meu próprio pai, entenderam? Ele já tinha montado a rede toda. Voltei no início de 72, tipo assim, noiva para casar... a despeito do Emílio. E nós realmente nos casamos no fim do ano de 72.

Escritos - E aí de que foram viver, se você não podia trabalhar?

Não, eu podia trabalhar, desde que me aceitassem. Não podia ser professora universitária de universidade pública e nem fazer concurso público algum. Mas aí aconteceu uma coisa decisiva. Eu tinha um grande amigo, também militante e colega da UFF, o Edmundo Dias que, aliás, também foi para a Unicamp. Ele me procurou porque outro colega da UFF, o Jacques Alvarenga, tinha sido assassinado naqueles processos de justificação, por um grupo de esquerda. Foi considerado traidor porque, preso e torturado, falou. O Edmundo me procurou para eu assumir, na PUC, a disciplina que o Jacques estava dando: História do Mundo Contemporâneo, no ciclo básico. Tinha 50, 70 alunos na turma. Era uma situação muito delicada, o curso estava no meio e o Jacques era um excelente professor e historiador. Sua morte tinha sido como que o enterro de todas as minhas ilusões com a esquerda.

Eu então pedi exoneração do cargo de professora do estado do Rio de Janeiro, e resolvi fazer mestrado para seguir carreira como professora universitária. A direção da PUC, nesse momento, foi muito importante, porque aceitava pessoas que, como eu, tinham ficha policial e não podiam trabalhar nas universidades públicas. Eu entrei na PUC em abril de 74.

Escritos - Então você começou dando aula de história do mundo?

Do mundo contemporâneo. Eu começava com o fim da Idade Média. A bibliografia era a que eu tinha lido na faculdade, [Maurice] Dobb, [Nicos] Poulantzas, fascismo, 2ª Guerra, imperialismo, descolonização. Era um negócio enorme, mas foi muito bom e difícil, porque havia pessoas, dentro da turma, que faziam policiamento. Eu tinha alunos, cujos nomes não estavam na pauta. Falava com o coordenador do ciclo básico e ele dizia, “Essas pessoas, temos que deixar”. Houve uma época que fiquei com muito medo de um “aluno” – porque eu dava fascismo, 2ª Guerra, Revolução Russa –, e ele começou a me seguir. Mas havia uns alunos mais amigos, e eu passei a não entrar em elevador se não tivesse alguém comigo. Uma vez, fui pegar meu carro, já de noitinha, e vi o camarada me seguindo; pensei que fosse me bater. Depois que entrei no carro e saí, percebi que o objetivo dele era só me dar medo mesmo.

Escritos - Mas você conseguiu dar boas aulas apesar desse clima?

Eu gostei muito de dar aulas na PUC. Eu preparava superbem as aulas, porque para mim era um desafio enorme em todos os sentidos. Uma vez, eu montei um curso e comentei na turma como seria bom usar alguns filmes para discutir certos assuntos. Foi quando descobri que o Cosme [Alves Neto], já falecido, era meu aluno. Ele se apresentou e simplesmente ofereceu a Cinemateca do MAM, pois era seu diretor. Ele era uma pessoa maravilhosa e foi o máximo, como experiência. Eu dava aula de tarde e, uma ou duas vezes por

mês, tinha sessão na Cinemateca para a turma. E os alunos podiam levar os namorados, mães... Acho que foi inesquecível também para esses alunos, porque depois a gente discutia os filmes em sala de aula, o que dava ótimo rendimento ao curso. O Cosme conversava comigo, mas era ele que selecionava os filmes de acordo com o programa: *A súbita riqueza da gente pobre de Kambach*, *Os companheiros*, *O grande ditador*; filmes lindos sobre a crise de 29 nos Estados Unidos (*As vinhas da ira*; *A felicidade não se compra*); e ainda passava mais um que eu adorava para o tema do colonialismo, sobre os ingleses na Índia: *Gunga Din*.

Escritos - Não passava Eisenstein, não passava *Outubro*, não passava nada da revolução, né?

Passou, *Outubro* passou! Sabe por quê? Não era nada anunciado, era uma sessão *privé* para a minha turma; olha só que coisa! Se bem que a minha turma tinha 70 alunos, com os namorados e namoradas chegava a 100 pessoas ocupando a Cinemateca, e sem pagar. Foi nessa época que tive como aluno, olha só, o Walter Moreira Salles, que todos – e eu também – chamavam de Waltinho...

Escritos - Aí você ficou na PUC até entrar para o mestrado?

Não, parte do mestrado eu fiz junto com a PUC. Eu saí da PUC quando entrei para o CPDOC em 76. Aí não dava para conciliar. Morar em Niterói e dar aula na PUC, tudo bem, mas ainda por cima trabalhar no CPDOC... não dava. Em 75 eu entrei no Iuperj. Lá, eu conhecia a Aspásia [Camargo]. Ela tinha voltado da França com uma tese sobre ligas camponesas e estava montando o CPDOC junto com a Celina [Vargas do Amaral Peixoto]. Ela queria gente que trabalhasse com história e ciências sociais. Eu tinha um perfil muito bom para isso, mas não tinha nem começado a fazer doutorado; eu fazia o mestrado. O Renato [Boschi] era meu orientador. Eu tenho a maior admiração por ele, intelectual, pessoal, tudo. Dentro do Iuperj, além dele, tinha o César Guimarães, um professor mara-

vilhoso, com quem mais aprendi ciência política. Aprendi pesquisa com o Renato e teoria política com o César e o Amaury [de Souza], pessoa brilhante. Sociologia aprendi com o Luis Antonio Machado, um dos meus professores. O Wanderley [Guilherme dos Santos], nesse momento, estava nos Estados Unidos. A Aspásia foi para o Iuperj fazer palestras e era amiga do Renato e da Eli Diniz, que trabalhava com ele num projeto sobre empresariado. Era o momento do governo Geisel em que se discutia a questão de estatização, desestatização, empresariado, os novos formatos organizacionais das associações empresariais, e é por isso que a minha dissertação de mestrado é *Burguesia e trabalho*. Nesse círculo de conhecimento do Renato e da Eli Diniz, tinha a Aspásia, que me convidou para ir para o CPDOC. Ele foi criado em meados de 73. Eu entrei em setembro de 76, três anos depois. As relações com o Iuperj foram muito estreitas desde o início, porque quem montou o CPDOC foi uma ex-aluna do Iuperj, a Celina. A Alzira entrou junto com a Celina, e a Lúcia [Lippi de Oliveira] tinha sido colega dela no Iuperj. Havia gente que vinha do Iuperj para o CPDOC e havia quem estava no CPDOC e ia para o Iuperj. Esse foi o movimento da Dulce [Pandolfi] e da Helena [Bomeny], por exemplo.

Escritos - Vamos passar para a trajetória intelectual? Nesse momento inicial, da dissertação de mestrado, sua questão ainda era, digamos, fortemente estrutural – classes sociais, burguesia, trabalhadores – em continuidade com a formação marxista. Como se deu o trânsito para uma perspectiva mais centrada sobre o indivíduo na história, sobre subjetividade e cultura? Hoje você trabalha muito com o conceito de cultura política. Nessa trajetória, há elementos de continuidade – você se mantém na história política e na República brasileira –, mas há também uma inflexão.

É verdade. E essa é uma inflexão do campo historiográfico. Quando fiz a minha dissertação de mestrado, na segunda metade dos anos 70 (defendi em 78), eu tinha uma massa muito grande de leituras sobre o marxismo, inclusive um pouco do próprio *Capital*, que a gente estudava na faculdade. Isso aparece, sobretudo,

na terminologia. Nos anos 70, era o marxismo de Étienne Balibar, que não era exatamente o mesmo do estruturalista Althusser, que eu debatera na faculdade. Talvez por ter feito um curso de história, eu percebia, nessa época, como a antropologia era muito mais dominada pelo estruturalismo, por causa de Lévi-Strauss. Não estou querendo dizer com isso que a história era melhor, não; aliás, brincando agora, acho até que era pior; de qualquer forma, o que quero apontar é que era diferente. Mas quando entrei para o IUPERJ, tive contato com uma literatura que não tinha absolutamente nada a ver com nada que eu conhecia. Quando fui fazer ciência política, fui ler primeiro os clássicos. Comecei do começo, do zero. Algo parecido com o que aprendi com minha professora de português no primário: a gente escreve com sujeito, predicado, concordância verbal; tem que ter pontuação; você não começa uma frase sem acabar; de preferência, você pensa o que quer dizer antes de escrever para, no meio do caminho, não se perder. Essas leituras de teoria política foram mais ou menos isso. Eu nunca tinha lido Maquiavel, Locke, Rousseau, etc., não conhecia nada de teoria política clássica. Não conhecia tampouco nada de teoria política contemporânea, que, confesso, achei uma chatice enorme, mas li aquilo tudo – *who, what, how*, quem faz o quê, como, etc. Enfim, você tinha que ler aquela teoria política toda: Robert Dahl, Mancur Olson, de quem gostei muito, aliás. Mas de qualquer forma, são lições básicas que me ensinaram a pensar de outra maneira.

Escritos - Sobre tudo os clássicos?

Isso. Eu acho que a minha dissertação de mestrado mostra bem essa tensão entre uma literatura que eu tinha lido e uma literatura nova. Isso aparece quando trabalho, por exemplo, com a categoria burguesia, do vocabulário marxista, mas que é tratada como um ator político, com nomes, com outro tipo de abordagem. Eu nunca mexi na minha dissertação de mestrado e não tenho a menor vontade de mexer, porque acho que é isso mesmo: um texto é sempre datado. A

análise que faço da ação e do pensamento do empresariado não tem muito a ver com o uso da categoria burguesia; de certa forma, ela está “fora do lugar”, porque dentro do trabalho eu falo em patrão, em empresário, em comerciantes e industriais, e não em burguês. Mas está no título, porque tem a ver com uma lógica de minha formação e de construção geral da dissertação. O título que eu queria não era *Burguesia e trabalho*. O título veio quando da publicação em livro, e foi entendido como um nome bom para vender, já que a ideia era trabalhar com a questão da legislação do trabalho. Essa era a questão do projeto da Ely e do Renato: os empresários e a questão da lei, do Estado. Eu tinha dificuldade de chamar aqueles homens de empresários e também de burgueses; isso era uma complicação para mim: afinal, que “nome” eu ia dar a eles? Enfim, era a classe patronal da época, que agia como grupo organizado, fazendo pressão contra a legislação do trabalho. Esse era o objeto da pesquisa, e a literatura de ciência política que eu lia tinha tudo a ver com isso. O poder de veto, por exemplo, eu aprendi nessa literatura, e essa ideia é chave para minha dissertação de mestrado. Eu digo o tempo todo que a forma de ação daquele grupo patronal que estou analisando é impedir, adiar, vetar, uma decisão política. Isso é uma lição básica que aprendi dentro do Iuperj. Um ator político tem poder quando age, implementando uma decisão, ou quando impede que a decisão seja tomada, implementada. Impedir uma ação política é uma forma de ação política. Você precisa ter muito poder para não deixar uma coisa acontecer. Isso aprendi na ciência política, pois o marxismo não ensina. O marxismo está muito preocupado em fazer revolução, nas grandes mudanças, e pouco em mostrar o poder de quem não deixa que isso seja feito, bem como nas pequenas formas de ação e pressão política. Acho que a minha dissertação de mestrado guarda uma enorme tensão nesse sentido, porque eu trabalhei com uma lógica de ação política que tinha a ver com a ciência política que eu estava aprendendo, embora ainda usasse um vocabulário marxista. Para mim, essas foram grandes descobertas, que me ajudaram a pensar a história de forma diferente. Eu estava descobrindo as formas pelas quais as coisas aconteciam e

também não aconteciam. Quer dizer, aconteciam de outra maneira, pois o patronato conseguia bloquear e/ou interferir no andamento da legislação, mudando seu ritmo, embora não sua direção. Mas o resultado final era outro, e isso é fundamental. O Renato, meu orientador, gostou muito dessa linha de interpretação, digamos assim, para trabalhar com a ação empresarial na Primeira República. Eu escolhi uma epígrafe do Bolívar Lamounier, de um texto que se tornou um clássico sobre pensamento autoritário no Brasil, e que diz que é preciso analisar o discurso e a ação de um ator: o que se diz e o que se faz, em conjunto. Qual é o discurso das associações empresariais? Da Associação de Comércio do Rio de Janeiro e, principalmente, do Centro Industrial do Brasil? Eles dizem isto; mas, como é que eles atuam na Comissão de Legislação da Câmara? Então eu saí atrás dessa questão, que é o que eu gosto de fazer, na verdade.

Escritos - No doutorado, você foi na mesma direção com o trabalhismo?

Foi um pouco diferente. Eu não vou dizer que foi uma continuação, mas acho que uma pesquisa tem a ver com a outra, porque aí eu queria ver como os trabalhadores se organizavam e demandavam aquela legislação. Só que eu tinha uma questão diferente, que não aparece claramente na tese, porque era muito complicado aparecer. Eu estava discutindo a interpretação do populismo, uma interpretação absolutamente dominante, muito reconhecida e influente; e o autor mais importante era o [Francisco] Weffort, um grande nome e um grande intelectual. Mas, mesmo assim, para mim, aquela interpretação não convencia.

Escritos - Era uma interpretação marxista.

Com certeza, e não me convencia. Era pouco histórica, vamos dizer assim. Aí eu tive uma ajuda, uma coisa muito boa que aconteceu, por coincidência. Eu estava discutindo uma questão: queria ver como os próprios trabalhadores e o Estado enfrentaram o processo de pro-

dução da legislação trabalhista. Eu já sabia, por causa das leituras de ciência política, que a questão da cidadania no Brasil era uma questão em que os direitos sociais eram fundamentais. Além disso, eu já trabalhava no CPDOC, e a massa de documentação com que eu lidava só faltava esfregar na minha cara que havia um projeto de construção da ideia de cidadania centrado nos direitos sociais, fundado nos direitos do trabalho. Eu mexia o tempo todo com aqueles documentos do arquivo do Getúlio [Vargas], do Lindolfo Collor, do Agamenon Magalhães, etc. Isso era uma coisa que me ajudava a entender, que me dizia mesmo que não dava para pensar em cidadania no Brasil, sem pensar em direito do trabalho. E aquela explicação do populismo tinha também a ver com uma luta dentro da esquerda, que não vinha ao caso para mim. Por tudo isso, a gente resolveu (eu e o Wanderley), que a palavra não apareceria na tese. Eu não ia fazer um capítulo para discutir com o Francisco Weffort; seria simplesmente ridículo, além de deselegante, desrespeitoso e burro de minha parte. A sorte que eu dei foi que, justamente nesse momento, o livro do [Edward Palmer] Thompson chegou no Brasil; era difícil, estava em inglês, mas chegou. Aí eu fiz um curso com o Amaury de Souza, que era eu, a Maria Celina d'Araújo e ele. Era um curso especial, só para ler o Thompson. Eu quase morri, porque você imagina que leio mal inglês até hoje, e o livro do Thompson é enorme e com um inglês difícilíssimo. Foi um amigo que o trouxe da Inglaterra: *Formação da classe operária*.

Escritos - Isso já é década de 80?

Já. Eu entrei no doutorado em 81; isso foi em 82. Mas o Thompson apareceu pouco na tese, porque não era fácil de incorporar.

Escritos - Mas ele te deu mais consistência?

Me deu um conforto muito grande e era também um outro tipo de marxismo. Eu fiquei efetivamente convencida de que qualquer tipo de explicação de história e de ciências sociais que não conside-

ra os atores políticos, realmente como atores, é inconsistente. Para mim, a maior dificuldade na abordagem do populismo é exatamente essa; você tem atores de um lado, e de outro tem massa de manobra. O Thompson não está discutindo diretamente esse ponto, mas seu tratamento da classe trabalhadora é claro e é acachapante... E com ele entrou toda uma nova historiografia inglesa e também uma historiografia francesa, no caso da Michelle Perroux, por exemplo. Aí eu comecei a ler outras coisas, e de literatura de história mesmo. Isso porque, no doutorado, você tem outro grau de autonomia. Você faz muito menos cursos e vai construindo a sua bibliografia, lendo os livros mais de sua escolha. E eu estava defendendo uma tese de ciência política, é bom lembrar. Naquela época, às vezes, algumas pessoas me perguntavam – hoje isso não é pergunta que se faça – se eu estava fazendo uma tese de história ou de ciência política. Eu tinha que responder seriamente e explicar que estava fazendo uma tese de ciência política sim, mas usava literatura de antropologia e de história também. Imagina se eu podia, em início dos anos 80, responder que não era bem assim e que as fronteiras disciplinares, etc... Não podia coisa nenhuma, tanto que a minha tese custou a entrar na área de história. Os historiadores não gostaram do meu trabalho, no início. Eles, primeiro, leram o meu trabalho com, digamos, consideração, e só depois, com apreço. Mas isso foi mais tarde. Eu tive reconhecimento rápido na área das ciências sociais, pois meu livro, publicado em 88, no ano seguinte da defesa, pela editora Vértice, recebeu menção honrosa no concurso de livros da Anpocs. Algo que dava e dá muito prestígio a um recém-doutor.

Escritos - Os dois livros foram publicados logo?

Foram. E o Wanderley entrou nessa história por conta da dissertação de mestrado, que terminei quando a editora Campus estava se formando, e ele era o diretor de uma de suas coleções. Eu não o conhecia. O livro foi publicado em 79, um ano depois de eu defender a dissertação. O Renato ficou muito feliz com o trabalho e

falou: “Vou mandar para a Campus, porque acho que seu trabalho é muito bom e pode virar livro”. Eu, confesso, nunca tinha imaginado algo assim. A gente, na época, ficava absolutamente surpresa de publicar um artigo em uma revista, porque elas eram poucas, e era muito difícil publicar. Livro então, nem se fala. Eu estudei no Iuperj e só fui publicar um artigo na revista *Dados* muito tempo depois. Então, quando o Renato falou isso, eu achei ótimo, mas fiquei quieta. Aí recebo um telefonema do Wanderley. “Li sua dissertação de mestrado.” E eu, “Sim, professor”. Ele: “Você sabe que estou selecionando trabalhos.” E eu, “Sei sim, professor”. E ele, “Então quero dizer que seu trabalho não é uma dissertação de mestrado”. E eu, muito assustada, “É, professor?”. E ele, “Não, é uma tese de doutorado”. E eu, aliviada, “É, professor?!”. E ele, “Claro, iremos publicar”. Eu fiquei toda feliz! E acho que foi isso que fez com que ele quisesse ser meu orientador de doutorado. Porque aí, quando eu apresentei meu projeto de doutorado ao Iuperj, foi ele que falou para mim: “Eu vou ser seu orientador”.

Escritos - Como foi a sua relação com ele?

Foi ótima. Eu fiquei com muito medo no início, porque todo mundo falava, “Wanderley é bravo, é isso, é aquilo”. Eu não o conhecia, porque ele nunca tinha sido meu professor. Eu, literalmente, tinha medo do Wanderley; essa é a palavra mais adequada para definir meu sentimento naquele momento. Depois, passei a ter vários encontros com ele, que me ajudou muito, me aconselhando literatura, me dando sugestões no sentido de caminhos que a tese podia seguir, e também me dando muita liberdade. Principalmente, e por isso lhe sou muito grata, porque minhas duas filhas nasceram no período em que eu estava fazendo minha tese de doutorado e ele sempre me apoiou. Demorei mais a defender a tese, em função das interrupções. Entrei no doutorado do Iuperj em 81, a minha tese ficou pronta em 86, mas só defendi em 87. Foram mais de seis anos. Nesse período todo, ele me deu muito apoio, porque eu parei de tra-

balhar completamente por cerca de um ano. Isso, para mim, tem uma importância muito grande, muito grande mesmo.

Escritos - Como é que a história oral entrou na sua carreira?

Entrou antes mesmo de eu começar a fazer a tese de doutorado, porque quando, em 76, vim para o CPDOC, já havia um programa pequeno de história oral. Todo mundo, mais ou menos, trabalhava em tudo nessa época: com os documentos, com história oral, fazendo pesquisa. Alguns trabalhavam mais com uma coisa e outros menos, mas, enfim, trabalhavam. Não havia uma separação muito grande de tarefas, porque eram poucas pessoas. O primeiro trabalho que eu fiz na história oral foi para o livro *Regionalismo e centralização política*. Entrevistei políticos que tinham sido deputados constituintes em 33 e 34. Mas essa experiência deixou claro que eu tinha possibilidade de entrevistar pessoas que tivessem sido militantes ainda no período da Primeira República e outras que tivessem atuado no início da formação do Ministério do Trabalho. Eu incorporei na tese de doutorado esse tipo de fonte, que não usei no mestrado. Foi muito bom para mim, trabalhar com esses dois tipos de fontes: orais e textuais. Eu não aprendi a fazer entrevista para fazer a tese. Na verdade, aprendi a fazer entrevistas atuando no CPDOC – como organizar roteiros, ter um projeto, contatar o depoente, fazer esse tipo de coisa. Aprendi basicamente com a Aspásia [Camargo]. Nesse momento, a temática da memória começava a aparecer, porque você não trabalha com história oral sem se familiarizar com uma literatura sobre memória.

Escritos - Vocês montaram uma metodologia específica para esse campo, que ainda não tinha nada.

Isso. E aí começamos a fazer algumas leituras. Eu nunca tinha ouvido falar de Halbwachs [Maurice], por exemplo. Então passei a ter também uma leitura nessa área. Só que também aconteceu que eu fiz concurso para a UFF, logo no início do doutora-

do. Desde 1979, com a anistia, não se precisava mais ter atestado ideológico para fazer concurso público. Antes, eu não podia fazer concurso público nenhum, porque não tinha esse bendito atestado. O CPDOC era igual à PUC. Eu só entrei no CPDOC, porque na instituição isso não era um problema. Aliás, tinha um monte de gente no CPDOC cheio de problema do mesmo tipo. Mas foram poucas as instituições que, nesse período, bancaram absorver pessoas que eram excluídas do mercado de trabalho por questões dessa natureza. A PUC, o Iuperj e o CPDOC tiveram essa louvável posição.

Escritos - No Iuperj você era estudante, era diferente.

Mas a Cândido Mendes bancava o Iuperj, e só fazia isso porque tinha a pessoa do Cândido Mendes. Era evidente que o Iuperj era uma espécie de Cebrap do Rio, só que não fazia basicamente pesquisa, e sim ensino; era isso. Mas era um lugar de sociabilidade de esquerda. O CPDOC também, bem mais até do que a PUC. Claro que as condições de uma universidade eram outras. O Cândido fazia isso num lugar de pós-graduação separado da graduação. O Museu Nacional também era separado da graduação. Aliás, são as duas únicas instituições que, até hoje, mantêm programas de pós-graduação separados da graduação, um modelo que não existe mais. O CPDOC, no início dos anos 80, passou por dificuldades muito grandes, que inclusive pioraram depois. Começou a se viver uma situação de ter que demitir pessoas, um clima muito ruim, e na primeira leva de possíveis demitidos estava eu. Só não fui demitida, creio, pelo fato de estar fazendo o doutorado no Iuperj. Mas quando vi que podia sair do CPDOC – eu já tinha uma filha –, resolvi fazer o concurso para a universidade. Fiz para o Departamento de Ciências Sociais da UFF e entrei em 1983. Minha mãe me ensinou que mulher tem que trabalhar, porque você tem marido hoje, não tem amanhã, mas trabalho é outra coisa, que depende de você. E é mais fácil arrumar trabalho do que marido

que nos sustente, então, melhor garantir o trabalho. Olha só, fiz o concurso junto com o Luiz Eduardo [Soares] e fiquei em primeiro lugar, ele em segundo.

Escritos - Ele não entrou?

Não, mas entraria, sem dúvida. Só que foi quando viajou para os Estados Unidos. Ele é um *gentleman*. Mandou entregar um buquê de rosas vermelhas na minha casa. Inesquecível! Havia uma dedicatória fantástica, que dizia que tirar o 2º lugar comigo em 1º lugar, era uma maravilha. Ele ganhou uma bolsa de estudos e foi embora, com toda a razão. Aí moveram um processo contra o concurso, ele foi embargado e eu fiquei um ano esperando. Por isso, só entrei em 1983. Eu e mais uns cinco ou seis aprovados.

Escritos - Qual foi o seu terceiro livro?

O primeiro foi *Burguesia e trabalho*, o segundo foi *Regionalismo* e o terceiro foi a tese, publicada em 88. Aliás não, teve *Estado Novo: ideologia e poder* antes da tese, pela editora Jorge Zahar, com a Lúcia [Lippi] e a Mônica [Pimenta Velloso]. Trabalhávamos juntas, inclusive na mesma sala. Lúcia e eu éramos doutorandas e Mônica mestranda. Reunimos capítulos de nossos trabalhos que estavam em construção e montamos um livro. Nós todas estávamos trabalhando de alguma maneira com o Estado Novo. Então esse foi o meu terceiro livro.

Escritos - No livro *Ideologia e poder* já se contemplam aspectos culturais do Estado Novo. Isso já era um sinal de mudança? Você tinha falado do interesse pelos atores políticos. Aí como entra essa ideia da cultura?

O interesse nos atores não está ausente dos outros livros, sobretudo no caso dos intelectuais. Não está ausente inclusive no livro

Burguesia e trabalho, onde está o Oliveira Viana, o Alceu Amoroso Lima. Aliás, quem me apresentou ao Oliveira Vianna foi o Castro Faria, que era um estudioso dele. Eu já o conhecia, portanto, desde a graduação de história, mas não dava a menor pelota para ele. Mas quando fui fazer meu trabalho de dissertação de mestrado, encontrei-o de novo. Então essa coisa dos intelectuais, das ideias e da ação já está lá. Agora, não está numa formulação de história cultural, como também não está assim em *Ideologia e poder*. Ali está um estudo de intelectuais, de ideias e de ideologia, mas não mais como um conceito do campo marxista. Já tínhamos estudado Mannheim, que era uma referência importante; Clifford Geertz, no texto “A ideologia como sistema cultural”, que também foi, para mim, uma leitura tão exemplar como o Thompson. O Geertz começa o texto dizendo que o campo marxista se apropriou da ideia de ideologia e deu a ela um sentido específico, que ficou sendo “o” sentido da categoria, mas que não é bem assim... E aí ele trabalha com ideologia como sistema cultural. *Ideologia e poder* é ideologia como sistema cultural, uma ideia que vinha da antropologia. Depois eu fui trabalhar muito mais com história política e cultural, mas com história do livro, da leitura, história de intelectuais.

Escritos - Como foi essa mudança?

Acho que foi se construindo aos poucos. Eu, por exemplo, até hoje, tenho um enorme interesse pela questão do trabalho. Estou desenvolvendo um estudo sobre o problema do trabalho análogo ao de escravo. Quero discutir, inclusive conceitualmente, o uso da categoria. Estudar intelectuais tem a ver com minha trajetória aqui no CPDOC e também como professora da UFF, porque na universidade me pediam para oferecer cursos sobre pensamento autoritário no Brasil, para ler Azevedo Amaral e outros, para trabalhar com intelectuais, porque não eram lidos, ninguém lia isso. Eu me lembro da Hebe Matos – ela é brilhante, minha amiga e foi minha aluna –, quando entrou para o doutorado na UFF, fez um curso comigo

e me disse que nunca tinha lido Oliveira Viana. Considerando-se a temática de trabalho da Hebe, o Oliveira Viana tem tudo a ver. Uma pessoa interessada em discutir questão racial e que nunca tinha lido Oliveira Viana, é incrível. Então, essa coisa de trabalhar no CPDOC, com o GT de Pensamento Social da Anpocs. Eu, Lúcia, Marisa Peirano e outros, nós montamos esse GT de Pensamento Social.

Escritos - Em que ano?

Faz muito tempo! A gente ia para Águas de São Pedro, em São Paulo. Eu fazia tese de doutorado ainda, logo foi em meados dos anos 80.

Escritos - Essa preocupação tem a ver também com o estudo do período Vargas? Porque esses intelectuais de alguma forma ajudam a entender o autoritarismo.

Exato. Foi para entender a questão do autoritarismo, pois essa é a questão de fundo. Entender esses tipos de construções ideológicas, no mesmo sentido do trabalhismo, de ideias com o poder de ação, que se constituem em um determinado momento e com determinados atores, historicamente. Elas têm uma história, um contexto de produção e uma duração, que a gente não sabe qual é, mas elas têm que ser, digamos, datáveis. Acho que essa é uma questão teórica para tudo, e uma coisa que sempre me incomodou muito no uso do conceito de populismo. Então, ele vale para a 1ª República, o pós-30, os anos 60, 70, 80, 90, vale para onde você quiser no mundo e através do tempo. Você sempre poderá dizer que alguém é uma liderança populista ou que não é. Então isso era algo para mim desagradável, e por isso a historiografia inglesa me ajudou muito. Quando fui estudar mais teoria dentro da área de história, entendi melhor o que me incomodava. É bom lembrar que fui uma das primeiras editoras da revista *Estudos Históricos*, do CPDOC. Lúcia e eu tivemos a ideia e montamos a revista; depois o Gerson [Moura] se agregou. Estou falando nisso, porque num dos primeiros números da revista, que não vou lembrar

exatamente qual é, tem um texto do Koselleck sobre história dos conceitos. Então, há essa questão de você começar a pensar teoricamente, que um conceito tem história, e se ele não for entendido assim, não é operativo. Um conceito que não tem precisão, que diz tanta coisa, acaba, na verdade, não dizendo quase nada. Daí também a importância do Geertz. Ele faz exatamente esse movimento com a questão da cultura. Na *Interpretação das culturas*, ele propõe um novo conceito de cultura que tenha operatividade e, para isso, procura dizer o que é cultura, como se trabalha com ela.

Acho que uma análise é um pouco isso: você vai construindo com uma literatura que vem da antropologia, que vem da ciência política, da história. A noção de autoritarismo é de outra natureza, é diferente da de populismo. Dizemos assim: o pensamento autoritário no Brasil de tal momento, com tais autores; então você tem que qualificar para ter um objeto delimitado. Autoritário é feito liberal, são tradições de pensamento que têm outro estatuto. Você evidentemente vai sempre qualificar. Autoritário é o quê? É autoritário aqui por causa disso, etc. É moderno por quê? Você historiciza; diz qual é a ideia de moderno de um grupo de modernistas dos anos tanto, em tal lugar. Enfim, faz isso e faz também com a categoria autoritário.

Escritos - É aí que entra *Essa gente do Rio*?

É. Eu não gosto, por exemplo, de pós-moderno, de pré-moderno, de pós ou pré coisa nenhuma, porque não se diz nada com isso; o que se diz é que vem antes ou depois de alguma outra coisa, que não necessariamente se explica. Então fica a gente sem saber.

Escritos - Queríamos que você apontasse os novos caminhos da história. Como é que você vê tantas mudanças ao longo dos anos que trabalha com a disciplina? Como é ser historiador, hoje? Como estão os cursos? Para onde vai a pesquisa? Como vai a história, hoje?

Eu acho que está muito melhor do que era; tenho uma visão otimista. Ano passado, presidi a banca do concurso de teses da Anpuh

do Rio de Janeiro – eu era vice-presidente da Anpuh e presidi a banca, composta pelo professor Ricardo Sales, da UniRio, e pela professora Teresa Malacian, da Unesp de Franca. Li – meu Deus! –, acho que umas nove teses produzidas no Rio, mas acho que o Rio pode ser uma amostragem pertinente para se pensar em transformações. Todas as teses eram boas. Hoje, temos muito mais programas de pós-graduação, muito mais alunos e muito mais produção de boa qualidade. Temos muito mais chance de ter bons historiadores daqui para frente, do que já tivemos antes, e isso ótimo! As teses eram muito variadas em abordagem, trabalhando com objetos também variados. Temos, por exemplo, excelentes historiadores trabalhando com Colônia, com Império e com República no Brasil; e temos diversos estudos de história contemporânea. Houve um momento, quando eu comecei minhas pesquisas, que historiador praticamente não trabalhava com República. No meu curso de história na UFF, por exemplo, não estudei nem Revolução de 30. O curso acabou antes, e a minha 1ª República foi uma catástrofe. Aliás, coitada, continuou durante um tempo sendo só uma catástrofe ou algo do tipo “nada de importante aconteceu antes de 30”. Mas hoje, acho que não é mais assim. Em setembro de 2009, o CPDOC realizou um seminário sobre a anistia. Isso não quer dizer que todos os historiadores achem que a história do tempo presente precisa ser feita, e é muito respeitável, ou que metodologia de história oral é eficaz e necessária. Ainda há historiadores que acham que isso tudo é um equívoco, que quem se dedica a isso não é historiador “de verdade”. Mas, são em muito menor número e não fazem tanto eco. É muito mais fácil você, hoje, escolher um tema contemporâneo e trabalhar com uma metodologia que não é canônica do que já foi! Então, o campo melhorou muito e se diversificou.

Escritos - Quais são neste momento as áreas mais férteis de produção historiográfica? O que está rendendo melhor?

Eu não sei se posso fazer um balanço muito eficiente, porque uma das coisas boas, é que o campo historiográfico cresceu em número

e em diversidade. Então, é difícil você conhecer todo um grande conjunto de trabalhos. Por exemplo, eu vejo uma literatura que tem trabalhado com escravidão e com uma abordagem que é chamada de história atlântica. Não é uma história comparada; ela mobiliza as várias relações, a dinâmica existente, o que envolve África, Brasil, Europa, Estados Unidos, Caribe. Essa é uma historiografia que vai crescer no Brasil, e tem interlocução internacional, sendo respeitada e contribuindo. Afinal de contas, tivemos muitos escravos durante muito tempo; então é bom que tenhamos algo a dizer a respeito, e acho que temos feito isso. Outro campo que tem crescido muito, e de forma diversificada, são os estudos na área de história cultural, que são muito variados. Trabalhos que têm se dedicado a lidar com impressos, com livros, com editores, com circuitos que envolvem vários tipos de intelectuais. Estudos que pesquisam periódicos, teatro, rádio. Estudos sobre a mídia impressa, falada e televisada também têm crescido. Outra área na qual também temos uma boa produção é a de gênero. Temos uma excelente revista editada em Florianópolis, e historiadores(as) respeitados(as), que dialogam internacionalmente. E estamos começando a ter, consistentemente, uma produção que dialoga com a historiografia portuguesa, envolvendo processos inquisitoriais, correspondências de vice-reis, instituições da Colônia e do Império. Esse diálogo com Portugal já existia, mas aumentou muito, e creio que vai aumentar ainda mais, inclusive em direção ao século XX. Até agora ele tem sido mais forte em temas do período colonial, o que é compreensível, sobretudo pela desconfiança com os temas mais contemporâneos, como já mencionei. Mas isso está mudando... Aliás, acho que temos hoje uma historiografia brasileira. Se há uma historiografia francesa, uma historiografia norte-americana, etc., já há também uma historiografia brasileira, mesmo que muita gente não leia português. Infelizmente, não se lê português e nossos livros praticamente não são traduzidos para outros idiomas. Pior para eles! Se lessem, iam aprender um monte de coisas, porque nós temos uma boa historiografia.

Escritos - O que você diria para um vestibulando de história em 2010?

Primeiro, perguntaria se ele gosta mesmo de história, porque se não gostar é melhor mudar de curso logo no início. Acho que se precisa gostar muito da disciplina, e de ser professor também. Eu tive um orientando brilhante que fez doutorado comigo e, um dia, quando abri meu contracheque, ele estava perto, olhou e disse: “Meu Deus!”. Eu falei, “Olha, é o seu destino. Se você não gostou do número...”. Porque isso também é uma coisa fundamental na escolha! Eu vejo pelas minhas filhas; elas jamais fariam curso de história, porque na cabeça delas, não vão ganhar bem nunca. Então, acho que o cara tem que gostar muito, porque senão não vai nem ganhar bem, nem ter muito reconhecimento. Na hora dos editais universais, semiuniversais, etc. e tal, não aparece aquele monte de dinheiro para a área de história, para a área das ciências humanas.

Escritos - Uma paixão?

Ao menos é algo de que você tem de gostar muito. Aí é bom, você fica satisfeito, você faz a sua pesquisa, você trabalha com as suas inquietações. O historiador é um intelectual inquieto com o presente, e o passado não está lá atrás, como se pensa. É difícil, muitas vezes, entender que o passado está grudado em nós; vivendo no presente.